



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número — Kz: 90,00

<p>Toda a correspondência quer oficial quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República» deve ser dirigida à Imprensa Nacional — E P em Luanda Caixa Postal 1306 — End Teleg «Imprensa»</p>	ASSINATURAS		<p>O preço de cada linha publicada nos <i>Diários da República</i> 1.ª e 2.ª séries e de Kz 75 00 e para a 3.ª série Kz 95 00 acrescido do respectivo imposto do selo dependendo a publicação da 3.ª série de depósito previo a efectuar na Tesouraria da Imprensa Nacional — E P</p>
		ANO	
	As três séries	Kz 365 750 00	
	A 1.ª série	Kz 214 750 00	
A 2.ª série	Kz 112 250 00		
A 3.ª série	Kz 87 000 00		

SUMÁRIO

Conselho de Ministros

Decreto n.º 118/05

Nomeia o Conselho de Administração do Banco de Poupança e Crédito — BPC

Decreto n.º 119/05

Confisca a sociedade por quotas de responsabilidade limitada «Lemos Figueiredo & Companhia Limitada» e todo o seu património

Decreto n.º 120/05

Regulamenta a atribuição das carteiras profissionais

Resolução n.º 81/05

Sobre a renegociação do Contrato de Prestação de Serviços celebrado com a Crown Agents no âmbito do Programa de Modernização das Alfândegas

Resolução n.º 82/05

Sobre a revisão do Regime Jurídico de Inspeções Pre-Embarque

Resolução n.º 83/05

Sobre a fiscalização dos contratos no âmbito da Linha de Crédito do Eximbank da China

Ministérios da Administração do Território e das Finanças

Despacho conjunto n.º 519/05

Cria um grupo de trabalhos para proceder ao estudo com vista a atribuição de vias às aas orgãos da administração local do Estado

Ministérios da Justiça e do Urbanismo e Ambiente

Despacho conjunto n.º 520/05

Confisca o prédio em nome de Joaquim Faria Maia

Despacho conjunto n.º 521/05

Confisca a fracção autónoma designada pela letra D do 2.º andar do prédio situado nesta Cidade de Luanda entre a Avenida Norton de Matos e a Rua Garcia de Resende n.º 191 em nome de Maria Margarida Braga Tavares da Ponte

Despacho conjunto n.º 522/05

Confisca o prédio em nome de Jose da Gama (herdeiros)

Despacho conjunto n.º 523/05

Confisca a fracção autónoma designada pela letra E do 1.º andar do prédio sito em Luanda Rua 28 de Maio Município da Maianga em nome de Maria Berta Vieira Gomes Dias Castelo

Despacho conjunto n.º 524/05

Confisca o prédio em nome de Maria Alexandre Galo

Despacho conjunto n.º 525/05

Confisca a fracção autónoma designada pela letra I do 15.º andar do Prédio n.º 69 situado em Luanda Rua Kwamme Nkrumah ex-Rua Guilherme Capelo Freguesia da Sagrada Família em nome de Alegria Pelo Trabalho Sociedade Cooperativa sob a forma anónima

Despacho conjunto n.º 526/05

Confisca o prédio em nome de Manuel Lourenço Briosa

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 118/05

de 19 de Dezembro

Considerando que o mandato dos membros do Conselho de Administração do Banco de Poupança e Crédito — BPC expirou,

Considerando que o actual Conselho de Administração cumpriu satisfatoriamente com os objectivos que lhe foram fixados e de forma articulada com as políticas governamentais,

Atendendo a necessidade de se dar continuidade às políticas públicas de financiamento bancário e à concretização dos objectivos definidos para o sector,

Nos termos dos n.º 2 e 5, do artigo 45.º da Lei n.º 9/95, de 15 de Setembro e ao abrigo da alínea f) do artigo 112.º e do artigo 113.º, ambos da Lei Constitucional, o Governo decreta o seguinte

Artigo 1.º — São nomeadas, para um mandato de três anos as seguintes entidades que em conjunto, passarão a constituir o Conselho de Administração do Banco de Poupança e Crédito — BPC

Paulão António Júnior, presidente,
António da Silva Inácio administrador,
Mario Jorge Alcântara Monteiro administrador,
Maria de Fátima Dias Henriques da Silveira, administradora,
Adriano Rafael Pascoal, administrador

Art 2.º — O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação

Visto e aprovado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 16 de Novembro de 2005

Publique-se

O Primeiro Ministro, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*

Promulgado aos 8 de Dezembro de 2005

O Presidente da República, JOSE EDUARDO DOS SANTOS

—————
Decreto n.º 119/05
de 19 de Dezembro

Considerando que a sociedade por quotas de responsabilidade limitada denominada «Lemos Figueiredo & Companhia Limitada», na vigência da Lei n.º 3/76, de 3 de Março paralisou a sua actividade incluindo o abandono do País dos seus sócios,

Atendendo que, com a subsunção dos referidos factos na previsão dos diplomas legais, foram automaticamente desencadeadas as consequências pertinentes,

Nestes termos e ao abrigo das disposições combinadas da alínea f) do artigo 112.º e do artigo 113.º, ambos da Lei Constitucional, o Governo decreta o seguinte

Artigo 1.º — 1 É confiscada, nos termos das alíneas a), c) e d) do artigo 3.º da Lei n.º 3/76, de 3 de Março, a sociedade por quotas de responsabilidade limitada, «Lemos Figueiredo & Companhia Limitada» e todo o seu património, designadamente o prédio urbano, sito no gaveto formado pela Rua Rainha Ginga, n.º 146/148 e Travessa da Sé, n.º 2/14, inscrito na Matriz Predial da Repartição de Finanças do 1.º Bairro Fiscal de Luanda, sob o n.º 3694 descrito na Conservatória do Registo Predial de Luanda, sob o n.º 282, a folhas 65, verso, do livro B-2, inscrito sob o n.º 4903, a folhas 125, verso, do livro G-5 e encontra-se inscrito na Matriz Predial da Repartição de Finanças do 1.º Bairro Fiscal de Luanda, sob o n.º 3694

2 São igualmente confiscados, nos termos da alínea a) do artigo 4.º da Lei n.º 3/76, de 3 de Março, as quotas dos sócios da referida sociedade anteriormente titulados em nome de Alba Costa de Figueiredo de Mira Godinho, Félix Víctor de Mira Godinho e Margarida Gabriela Duarte Leite Nogueira das Neves e transmitidos aos sócios-gerentes

- a) Vasco Álvaro Costa Figueiredo de Mira Godinho,
- b) Víctor Manuel Costa Figueiredo de Mira Godinho,
- c) António Pedro Figueiredo de Mira Godinho,
- d) Maria Teresa Costa Figueiredo de Mira Godinho,
- e) Alvaro Nogueira de Figueiredo,
- f) Maria Gabriela de Nogueira Figueiredo,
- g) Maria da Graça Nogueira Vieira e Fernanda Maria Nogueira de Figueiredo

Art 2.º — 1 Os bens, valores e direitos ora confiscados são integrados no património do Estado livres de quaisquer ónus ou encargos e ficam na dependência do Ministério das Finanças que lhes assinalara o destino conveniente

2 Proceda officiosamente a Conservatória do Registo Predial de Luanda à inscrição a favor do Estado do património já identificado

Art 3.º — O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação

Visto e aprovado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 16 de Novembro de 2005

Publique-se

O Primeiro Ministro, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*

O Presidente da República, JOSE EDUARDO DOS SANTOS